

## Construir a voz das mulheres no contexto eleitoral

Após o restrito debate sobre reforma política, ano passado, as eleições para prefeita/o e vereadoras/es requerem uma maior reflexão sobre o que precisamos enfrentar nesta conjuntura, que ainda é marcada pela mercantilização dos processos eleitorais e pela exclusão das mulheres.

Ao início deste ano, na reunião anual da AMB, acordamos retomar os debates sobre a democracia no Brasil e construir um manifesto das mulheres para lançar no contexto eleitoral deste ano.

Não será a primeira vez que a AMB toma esta atitude, em 2006 também lançamos um Manifesto (ver em [www.articulacaodemulheres.org.br](http://www.articulacaodemulheres.org.br), na seção Documentos de Posição, o texto "Queremos mais que um regime político democrático: lutamos por uma sociedade democrática!").

A diferença é que este ano pretendemos apresentar o posicionamento feminista frente ao Sistema Político brasileiro e com isto contribuir para a inscrever na arena política destas eleições a presença das mulheres de uma maneira crítica.

*Secretaria Executiva Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras.*

## Organizando RODAS DE CONVERSA

### Conteúdos a debater

1. **A INTERDIÇÃO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO** - **ver texto 1 nesta edição.**

2. **OBSTÁCULOS À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA** - Dupla jornada de trabalho, imposta às mulheres pela divisão sexual do trabalho, é obstáculo para a participação política das mulheres, assim como a dependência econômica das mulheres. Nos deixa pouco tempo e com nenhum ou com menos poder financeiro para investir na ação política, candidaturas, e auto-organização das mulheres (financiar os setoriais de mulheres sindicais e partidários, financiar as contribuições para grupos e associações de mulheres, etc.). **Ver também texto 1.**

3. **A CULTURA POLÍTICA PATRIARCAL** cria um ambiente desfavorável, ao desqualificar as mulheres para a política e manter práticas discriminatórias. Nas rodas de conversa é adequado enfrentar o debate sobre algumas idéias do senso comum, tais como: "lugar de mulher é em casa", "mulher não é competente", e levantar com as mulheres todas as práticas dos homens contra a participação das mulheres nos espaços dos partidos, de modo que mantenham seus espaços já conquistados. São as práticas sociais nos movimentos e partidos que fazem com que menos mulheres sejam dirigentes.

4. **A POSIÇÃO DA AMB FRENTE AO PROBLEMA DA NÃO PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES** - Por tudo isto, não podemos tratar o problema apenas como um problema de cultura política, de preconceito, como alguns setores do movimento fazem. Tão pouco nos interessa garantir o direito à participação para algumas mulheres apenas. O direito à participação plena para todas as mulheres não é possível nesta sociedade. É preciso mudar o sistema político e a vida das mulheres. Na AMB, estamos construindo a posição frente ao problema da participação política por três caminhos: a) Denunciando a exclusão das mulheres, os vícios e limites no sistema político (desde a Plataforma POLÍTICA Feminista, ver texto nesta edição), b) Construindo a Plataforma dos Movimentos Sociais para reforma do sistema político de forma ampla e com outros movimentos. **Ver texto nesta Agenda Política.**, c) defendendo as candidaturas das mulheres feministas do campo político progressista.

### Dinâmica sugerida para as Rodas de Conversa

- Iniciar recordando a Plataforma Política Feminista de 2002 (contexto eleitoral daquele ano): dialogar com as participantes sobre as críticas que a Plataforma apresenta;
- Apresentar as críticas da Plataforma dos movimentos sociais: conceito de sistema político, eixos da plataforma e críticas em cada eixo;
- Dialogar sobre as práticas políticas excludentes;
- Apresentar a análise feminista sobre o problema da participação política para as mulheres (**ver texto 1 desta agenda**)

## Texto 1

### **O Feminismo e a situação das mulheres na política** (fragmento de texto de Silvia Camurça, 2008).

#### **1.**

De uma maneira ou de outra cada uma de nós mulheres, enfrenta muitos problemas ao longo de nossas vidas. Alguns são problemas pessoais, outros são problemas que embora sejam vividos individualmente são na verdade problemas coletivos, problemas vividos por muitas pessoas. Grande parte dos problemas coletivos vividos pelas mulheres é resultado da injustiça, da desigualdade social, das relações de dominação, das relações de exploração e, muito importante no caso de nós mulheres, da opressão. A nossa opressão é percebida quando lembramos daquele sentimento que nos faz sentir menor que os outros.

Faz tempo que nós, as mulheres, compreendemos que os problemas que nos são comuns são causados pela dominação, a exploração e a opressão a que somos submetidas. Estes problemas de uma maneira ou de outra são enfrentados pela grande maioria das mulheres. Pensando e debatendo para conhecer estes problemas foi que o feminismo compreendeu a situação das mulheres e o sistema que estrutura e sustenta esta dominação, o PATRIARCADO.

A palavra patriarcado teve vários significados ao longo do tempo. Foi criada no século passado para denominar determinados sistemas de poder. Patriarcado é usado para denominar o regime de organização de uma família onde o pai tem todo o poder sobre todas as pessoas da família: mulher, filhos, parentes e outros moradores do grupo doméstico. A família patriarcal não é democrática, somente o pai tem a lei, o poder e a liberdade, os outros têm deveres e obrigações para com o pai.

Patriarcado foi adotado também para denominar o sistema de poder onde os donos de grandes extensões de terras (latifundiários, usineiros, coronéis como os que conhecemos ainda hoje) dominam tudo e todos que vivem sobre suas terras: os outros homens, as mulheres, as famílias, as crianças, os animais, tudo o que se produz, decidindo sobre tudo o que se faz ou é proibido fazer em suas terras.

No pensamento feminista moderno, Patriarcado é um sistema social de dominação sobre as mulheres. O sistema patriarcal estruturou-se ao longo do tempo pela dominação dos homens sobre as mulheres e hoje organiza a dinâmica das relações de gênero e os instrumentos de dominação que atuam em toda a sociedade através das leis e costumes, da dinâmica da economia, das formas de organização social e de toda as dimensões da vida política e cultural.

No sistema patriarcal, os homens têm maior poder, ocupam os principais postos de comando e decisão das principais instituições e organizações nas diferentes dimensões da vida política, econômica e social e, além disto, tudo que é associado ao masculino adquire mais valor do que aquilo que é associado com o feminino. Por isto, todos os homens beneficiam-se deste sistema, mesmo que individualmente exista quem evite ou tente não explorar, não oprimir e nem dominar as mulheres que lhe são próximas.

Sobre o Patriarcado é importante dizer: ainda que este seja um dos mais antigos sistemas de dominação conhecido, sua permanência no tempo explica-se pela capacidade de associar-se com outras formas de dominação.

Nós compreendemos que hoje, no Brasil, vivemos sob formas de dominação que são patriarcais, capitalistas e racistas.

## **2. No patriarcado há vários instrumentos de dominação das mulheres. A Interdição à participação política das mulheres é um deles.**

Durante muito tempo as mulheres não puderam votar, nem ser candidatas a nada: nem a vereadora, nem a prefeita, muito menos senadora. Durante muito tempo as mulheres rurais não puderam ser sindicalizadas, tiveram de lutar muito para conseguir este direito. As índias não podiam ser caciques nem curandeiras. A política nas comunidades, nos partidos e as direções dos movimentos sociais foi, por muito tempo, um lugar reservado pelos homens para os homens e cujo acesso era controlado pelos homens. As mulheres foram confinadas à vida doméstica, fora da vida política.

No Patriarcado, o único poder permitido às mulheres é o poder no espaço doméstico e, mesmo assim, somente quando 'O chefe da família' não estiver em casa. A participação política e o poder de decidir os rumos da comunidade, do município e do país, foi um direito negado, proibido para nós, as mulheres. Esta situação só começa a mudar pela luta feminista. Mas, ainda hoje, quando o direito à participação é reconhecido para as mulheres, ele é negado na prática pelos muitos obstáculos que estão colocados para nós mulheres, ou pelo menos para a grande maioria de nós.

Nos sistemas de dominação, o controle dos espaços de poder são instrumentos de exclusão dos grupos dominados que se tornam, por isto, minorias políticas. É isto que o Patriarcado faz com as mulheres: apesar de sermos metade da população, pela dominação patriarcal tornamo-nos minoria política, sem poder para decidir sobre as mudanças, as regras e leis que nos interessam.

O sistema político segue ainda funcionando de uma forma em que o poder político é exercido principalmente pelas pessoas dos grupos e classes dominantes: homens, brancos e proprietários com grande poder econômico.

### 3. Organização e manutenção da divisão do trabalho

Homens e mulheres da classe trabalhadora são explorados, pois precisam trabalhar para outros como forma de garantir os meios para sua sobrevivência: trabalhar 'alugado' como se usa dizer. Esta é uma forma de divisão do trabalho entre a classe dos empregadores, proprietários dos meios de produção (terras, empresas), e a classe dos não-proprietários, os que não têm nada a não ser sua força e capacidade de trabalhar, os empregados.

No caso das mulheres, as relações de exploração no mundo do trabalho são agravadas pela imposição das tarefas de cuidados e trabalhos domésticos, como responsabilidades próprias e exclusivas das mulheres, eximindo os homens desta responsabilidade. Na teoria feminista um conceito foi criado para denominar esta situação: "divisão sexual do trabalho". A divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres é um instrumento de dominação das mulheres e de exploração.

Dominação, porque quando as mulheres fazem apenas o trabalho doméstico para sua própria família perdem autonomia econômica, tornam-se dependentes, portanto, devedoras e subordinadas aqueles que garantem as condições de sua sobrevivência, em geral, homens, sejam maridos ou filhos, cunhados, genros, sogros.

Exploração, porque quando as mulheres decidem conquistar autonomia econômica são submetidas à dupla jornada de trabalho (uma jornada de trabalho para a família e outra jornada de trabalho para ganhar dinheiro). Além disto, há o sexismo no mercado de trabalho: os patrões pagam menores salários às mulheres, colocam-nas nos postos mais precários e são empurradas para os trabalhos informais, as mulheres são as primeiras pessoas a serem demitidas em momentos de crise econômica.

Muitos mecanismos - legais, materiais e simbólicos - atuam para manter esta divisão de trabalho e a dependência econômica das mulheres: negar às mulheres o direito à posse da terra; negar às mulheres o direito de herança; discriminar as mulheres que trabalham fora de casa como mulheres que abandonam filhos, casa e marido; valorizar o trabalho doméstico como coisa da natureza da mulher, como uma atividade que não cansa, ao contrário somente traz prazer; e pagar salário mais baixo às mulheres.

A divisão sexual do trabalho é tão antiga que se tornou 'natural'. A dupla jornada de trabalho das mulheres não é percebida como um problema social e não se torna uma questão a ser resolvida com prioridade pelas políticas públicas. O desemprego das mulheres também não é facilmente percebido como problema social e, além disto, o sexismo praticado pelos empregadores não é visto como forma de exploração, fonte de lucro, é tratada apenas como mais uma discriminação. Sabe-se, entretanto, que grande parte dos lucros das transacionais na América Latina é auferida nas costas das mulheres que, obrigadas pelas condições sociais em que vivemos, submetem-se ao trabalho informal, com mais baixos salários e por longas jornadas, às vezes de 10 a 14 horas/dia.

A divisão do trabalho no Patriarcado capitalista e racista beneficia os homens brancos e proprietários. Por conta da divisão sexual do trabalho, nós mulheres somos quem mais trabalha e quem menos tem direitos. Começamos a trabalhar muito cedo e nunca paramos de trabalhar, mesmo quando já estamos bem idosas. Às vezes, deixamos de trabalhar 'fora' por conta de demandas dentro de casa. Na maioria das vezes fazemos dupla jornada, e sofremos mais com *stress*, esgotamento e cansaço físico. Ficamos sem tempo, sem condições e sem disposição para outras atividades: diversão, estudo e participação política.

O impacto da divisão sexual do trabalho, e suas conseqüências negativas sobre o direito à participação das mulheres – baixa autonomia econômica e longa jornada de trabalho - é ainda maior se considerarmos a permanência das mulheres na política. Ou seja, sabe-se que uma candidatura para obter vitória eleitoral precisa ser construída por muitos anos, seja pela presença continuada nas direções de movimentos sociais e partidos, seja pela presença em cargos executivos, ou seja pelas sucessivas candidaturas, quatro ou cinco campanhas sucessivas para conquistar um eleitorado suficiente para garantir a vitória. É esta presença continuada e constante na política que é negada às mulheres como possibilidade no patriarcado, embora seja hoje um direito legitimamente reconhecido. A maioria de nós mulheres consegue, com sacrifício pessoal enorme, atuar por pouco tempo em espaços políticos relevantes. Isto dificulta vitórias eleitorais, seja nos movimentos, no interior dos partidos ou nas eleições e praticamente inviabiliza carreiras políticas para as mulheres.

Enfim, mais que preconceito temos que reconhecer que há um problema estrutural na organização de toda nossa sociedade que mantém as mulheres em baixos patamares de participação por muitos anos. Nestas eleições as candidaturas femininas em todo o Brasil não chegam aos 30%, indicados como mínimo pela lei de cotas. Este é o indicador de que o problema não é de preconceito apenas e nem responsabilidade das mulheres, mas da estrutura social patriarcal e excludente.

**4. Para o feminismo, debater e lutar por participação política significa propor o lugar de sujeito político para todas as mulheres. É negar o lugar da família e da casa como única possibilidade de nossa atuação na sociedade.**

Tem sido incansável a crítica feminista aos limites da democracia política brasileira e à cultura política hegemônica que ainda produz interdições, obstáculos e mesmo bloqueios à participação das mulheres na política, um monopólio dos homens até pouco tempo.

No Brasil, e em que pese as muitas lutas e manifestações de apoio, as mulheres alcançaram o direito ao voto com um século de atraso em relação aos homens. E mesmo agora, no século XXI, depois de mais uma década da lei de cotas nas eleições, mantém-se praticamente inalterada a participação das mulheres no parlamento. A baixa representatividade das mulheres é uma das contradições fundantes da democracia ocidental, apontada pelo feminismo desde as lutas das

sufragistas européias.

Para o feminismo, debater e lutar por participação política das mulheres é propor o lugar de sujeito político para todas as mulheres. É negar o lugar da família e da casa como destino e única possibilidade de inserção das mulheres na sociedade, o que, para todas as mulheres, tem sido o lugar de confinamento e exclusão.

Por **participação política das mulheres** entendemos a participação das mulheres nas eleições, no parlamento, nos governos e no Poder Judiciário, nos conselhos e conferências de políticas públicas e também todas as ações das mulheres realizadas em função da sua auto-organização como movimento social em suas diversas vertentes - sindical, popular, rural, urbano, acadêmico, partidário.

É neste sentido que afirmamos não ser pouca a presença das mulheres na esfera pública e na arena política, embora sua inserção se faça muitas vezes de forma subordinada, pois o Patriarcado reserva às mulheres um só espaço de poder: o da casa. É contra esta situação que se rebelam as mulheres por toda parte.

A participação das mulheres na política deve ser compreendida como parte da construção do contrapoder popular, pois contribui e é imprescindível para a construção do poder das mulheres e de todos os segmentos que estão em situação de minoridade política na democracia.

Para democratizar a democracia brasileira, o que se impõe como tarefa é repensar o sistema político tal como está constituído. Ampliar e democratizar os mecanismos da representação, tanto quanto aprofundar os mecanismos de participação popular.

Como criar mecanismos de controle social sobre o Judiciário? Sobre os conglomerados empresariais da mídia comercial, atores políticos eles mesmos? E sobre a política econômica, colocando-a a serviço da igualdade e da justiça?

Como romper a fragmentação dos atuais mecanismos de participação do tipo Conselhos, nos quais as mulheres predominam, mas cuja efetividade é baixíssima?

Como aprofundar e radicalizar a democracia participativa construindo um sistema de participação que articule e potencialize nossa participação no OP (Orçamento Participativo), na elaboração dos Planos Plurianuais (PPAs), nas conferências e conselhos de políticas, conferindo legitimidade e poder de decisão a estes espaços?

**Pensar a participação das mulheres apenas considerando os espaços de poder tal qual**

**existem hoje restringe o alcance da mudança que desejamos.** Trata-se de democratizar o Estado, refletir sobre que Estado interessa ao feminismo construir. Portanto, retomar a reflexão sobre os horizontes utópicos do feminismo e da política.

**Lutar contra a mercantilização da política,** pelo fim da/o cidadã/cidadão eleitora/eleitor consumidora/consumidor e construir a cidadania como exercício libertário do agir de mulheres e homens na transformação do mundo e na transformação de suas vidas neste mundo.

## Texto 2

### A Plataforma dos Movimentos Sociais

A Plataforma dos Movimentos Sociais Pela Reforma do Sistema Político reúne um conjunto de movimentos/articulações/redes/fóruns e se constitui como um processo de debate e de construção de propostas no sentido da radicalização da democracia.

Esse processo iniciou em 2004, com o seminário “Os sentidos da democracia e da participação”, depois, em 2005, na formulação de estratégias para dez anos. A Plataforma promoveu nesse período vários debates sobre o tema em diferentes espaços, Congresso Nacional, mídia, movimentos, debates nos estados, nos municípios, nos movimentos etc.

O objetivo principal da Plataforma dos Movimentos Sociais Pela Reforma Do Sistema Político é discutir o poder, quem exerce o poder, em nome de quem se exerce o poder, que mecanismos temos para exercer o poder e para controlá-lo. **Enfim, quem tem o poder de exercer o poder?** Queremos também tornar os espaços e as decisões políticas permeáveis aos interesses populares e das mulheres.

A Plataforma dos Movimentos Sociais Pela Reforma do Sistema Político pretende servir para subsidiar o debate e sistematizar o acúmulo alcançado em todo o processo já iniciado de discussão sobre a reforma política neste grupo de movimentos sociais. É um instrumento para intervir no debate sobre a reforma política, que queremos que seja ampla, democrática e participativa, diferente da que

vem sendo pautada no Congresso Nacional. Não queremos uma reforma apenas do sistema eleitoral, **queremos a reforma dos processos de decisão.**

Queremos influenciar o Congresso Nacional e o debate na sociedade de forma a **expandir o conceito de reforma política.** Para nós, a reforma política passa por cinco eixos:

I - O fortalecimento dos mecanismos da Democracia Direta: referendos, plebiscitos e leis de iniciativa popular;

II – O fortalecimento dos mecanismos da Democracia Participativa: Conferências e Conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos;

III - O aprimoramento dos mecanismos da Democracia Representativa: sistema eleitoral e partidos políticos;

IV - Democratização da Informação e da Comunicação;

V – Democratização e Transparência no Poder Judiciário.

**E mais:**

Queremos a democratização da vida social em seu todo, com o fim da criminalização dos movimentos sociais, pelo direito à livre associação das pessoas, pelo fim da perseguição política.

No site [www.reformapolitica.org.br](http://www.reformapolitica.org.br) você encontra toda a Plataforma, as críticas a cada um dos eixos e o histórico desta iniciativa. A segunda versão da Plataforma está atualmente em debate: contribuições críticas devem ser remetidas à secretaria da AMB.

Participam na contribuição à formulação desta Plataforma: ABONG, AMB, Associação dos Cartunistas do Brasil, Campanha Nacional pelo Direito a Educação, FAOR, FBO, FES, FNDH, FNPP, FNRU, Intervezes, MCCE, MNDH, Rede Brasil, Rebrip, Rede Feminista de Saúde Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais.

## Texto 3

# Mulheres, participação, comunicação e a construção de uma outra Reforma Política

*Michelle Prazeres<sup>1</sup>.*

Resumo do artigo - sem revisão da autora.

É preciso lutar para reverter os quadros de invisibilidade, sub-representação e estereotipagem das mulheres que permeiam tanto o conteúdo, quanto as políticas de comunicação no Brasil.

O sistema político tal qual existe é viciado e a mídia, por sua vez, reflete e reproduz este sistema, assim como constrói um debate restrito sobre sua reforma. A manutenção desse sistema, de alguma forma, beneficia quem está no comando do poder também midiático.

Quando se afirma a comunicação como um direito, extrapolam-se conceitos como os de liberdade de expressão e democratização da mídia. Afirma-se que cada indivíduo tem direito de ter acesso, receber informações de qualidade e de forma diversa e plural, mas também de produzir e veicular comunicação e de participar dos processos de tomada de decisão políticos que envolvem esta esfera.

Toma-se comunicação sob a forma de **conteúdos** (mensagens), mas também sob a forma de **esfera pública** por onde trafegam estas mensagens, onde se conformam valores e onde fruem os demais direitos. Por isso, afirma-se que, para existir uma sociedade efetivamente democrática, a comunicação democrática é condição, tanto no que diz respeito às políticas, quanto no que diz respeito aos conteúdos.

Definitivamente, este não é o cenário no Brasil hoje.

**No campo dos conteúdos**, uma das maiores barreiras para a diversidade de conteúdo e pluralidade de meios é a concentração.

---

<sup>1</sup> O conteúdo do artigo tem por base a fala da autora no seminário “Democratizar a democracia: a reforma política e a participação das mulheres” – Brasília, 28/03/07. Veja a íntegra do texto em:

<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3476>

A concentração inibe as diversidades, sem direito a um contra discurso. A grande mídia (comercial) conservadora e machista reproduz estereótipos, discrimina, sub-representa e usa um espaço que é público (o espectro eletromagnético, por onde trafegam as mensagens de radiodifusão) para reproduzir preconceitos e passar visões distorcidas da realidade, que obviamente respondem a seus interesses.

O fato de as mulheres serem maioria nas novelas e séries não significa que elas estão bem representadas. Muito pelo contrário, estão sendo exploradas, tendo seus direitos violados e tendo seus corpos transformados em mercadoria em grande parte das vezes. Basta lembrar de um comercial de cerveja recente que reproduzia loiras em série para serem consumidas assim como a cerveja.

Esta representatividade é uma contradição histórica da democracia e se reproduz na comunicação enquanto conteúdo e ambiente político.

Em relação aos jornais e à mídia impressa, é mais complicado afirmar uma possibilidade de intervenção em relação ao conteúdo, a não ser pensando na existência de *ombudsman* autônomo ou mesmo de um conselho de leitores e leitoras, porque estas são atividades privadas (ainda que devam necessariamente estar submetidas ao interesse público e que tenham como limite a dignidade, neste caso, das mulheres; e ainda que sua violação seja passível de direitos de resposta e outras reações).

**No campo das políticas**, o maior entrave é a falta de entendimento da comunicação como direito e, portanto, a falta de reconhecimento da necessidade de políticas que regulem o setor, o que permite seu uso como moeda de troca política.

Isso significa que processos e serviços de comunicação servem para prestar favores políticos, são alvo de *lobby* de grandes radiodifusores e empresários de megacorporações do campo das comunicações.

A Constituição brasileira prevê um sistema público de comunicação, barreiras à propriedade e ao monopólio, concessões outorgadas pelo Congresso, entre outras coisas. No entanto, pouco ou quase nada é posto em prática. Enquanto o Estado se omite, nove famílias falam e 180 milhões de pessoas se calam. Nove famílias decidem o que vamos ver na nossa televisão, sob o argumento de que democracia na TV é controle remoto e controle público dos meios é censura.

É preciso pensar a participação das mulheres neste cenário como proposição de um lugar para este sujeito político neste ambiente. **É preciso pensar a participação das mulheres como construção de uma comunicação contra-hegemônica,**

**porque pensá-la somente nos espaços de poder tal qual eles hoje se constituem (inclusive no campo das comunicações) é quase um equívoco e restringe a abrangência da transformação que queremos.**

### **Como alterar este quadro**

Como reverter distorções e discriminações que permeiam tanto o conteúdo quanto as políticas e comunicação no Brasil? A chave para a virada deste jogo está na luta pela participação das mulheres, tanto nos conteúdos mediáticos (produzindo, veiculando e circulando comunicação), quanto na valorização e ocupação de espaços políticos do campo da comunicação.

### **Desequilíbrio na política**

Em pesquisa da União Inter-Parlamentar (UIP), uma organização de fomento à cooperação entre as câmaras nacionais de mais de 140 países realizada em 2006 e divulgada no site da BBC Brasil, o Brasil ficou em 107º lugar em um ranking sobre a percentagem de mulheres nas câmaras de deputados de 187 países até o fim de 2005. A lista foi elaborada a partir dos dados das últimas eleições em cada país (no Brasil, as de 2002). Ruanda aparece em primeiro lugar.

(...)

O Brasil é o país sul-americano pior colocado na lista, atrás de Argentina (9º), Guiana (17º), Suriname (26º), Peru (55º), Venezuela (59º), Bolívia (63º), Equador (66º), Chile (70º), Colômbia (86º), Uruguai (92º) e Paraguai (99º).

### **Invisibilidade na mídia**

(...)

Desde 1995, a cada cinco anos, a WACC (World Association for Christian Communication), uma organização internacional que promove a comunicação como fator de transformação social, realiza um projeto global de monitoramento da mídia, onde mapeia a representação de mulheres e homens na imprensa do mundo inteiro. É o maior estudo sobre gênero no noticiário já realizado. O último levantamento aconteceu no ano passado, quando, durante um dia, em 76 países, cerca de 13 mil notícias publicadas em jornais e veiculadas na televisão e no rádio foram analisadas. Nelas, 25.671 fontes foram ouvidas ou citadas, por 14.273 jornalistas ou apresentadores.

Pela primeira vez, reportagens brasileiras entraram no estudo, numa parceria com a Universidade Metodista de São Paulo e a Rede Mulher de Educação.

O estudo mostrou que, mesmo constituindo 52% da população mundial, as mulheres aparecem em apenas 21% das notícias. Ou seja, para cada mulher que aparece no noticiário, cinco homens são retratados. No rádio, este percentual é ainda menor: 17%. Em dez anos, apesar de toda a revolução no mundo das telecomunicações, este total evoluiu muito pouco, aumentando somente em três pontos. Quando é feita uma análise qualitativa da presença de mulheres como fontes em reportagens, o estudo mostra que a opinião feminina é retratada em somente 14% dos artigos sobre política e em 20% sobre economia, os dois temas que dominam a agenda dos países. Mesmo em Ruanda, o país que tem a maior proporção de mulheres no mundo político (49%), elas aparecem em apenas 13% das notícias sobre o tema. Até em histórias que afetam profundamente as mulheres, como a questão da violência doméstica, globalmente é a voz do homem que prevalece, em 64% dos casos.

A voz feminina também é preterida quando se trata de ouvir a opinião de especialistas. 83% deles são homens. As mulheres, ao contrário, aparecem para relatar experiências pessoais (31% dos casos), como exemplos da opinião popular (33%) ou quando são celebridades (42%). E são duas vezes mais retratadas como vítimas do que os homens, mesmo em casos que afetam da mesma forma os dois gêneros, como acidentes e conflitos armados.

Apesar da emancipação feminina e do brutal crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, as mulheres continuam sendo identificadas pela imprensa como esposas, mães ou filhas. Mesmo quando aparecem desempenhando algum papel profissional, como especialistas de alguma área, as mulheres não escapam da relação com o contexto familiar.

Parte deste quadro de ausência da visão feminina na imprensa é resultado do fato de que as notícias ainda são relatadas e apresentadas principalmente por homens. A única exceção é a apresentação televisiva, onde as mulheres representam 57%. (...) Em jornais, apenas 28% dos artigos são escritos por repórteres femininas. Mesmo neste caso, a tendência é a das mulheres cobrirem temas sociais, como educação e saúde. Apenas 32% das notícias sobre política e governo são relatadas por jornalistas mulheres.

De 1995 pra cá, este percentual tem aumentado. Cresceu de 28 para 37%, mas ainda apresenta desafios. Na televisão, por exemplo, as mulheres desaparecem conforme ficam mais velhas. Na profissão, a aparência jovem em muitos casos é mais

valorizada do que a experiência. Até a idade de 34 anos, as mulheres são maioria na TV tanto no posto de apresentadoras como de repórteres. Depois dos 50 anos, somente 17% dos repórteres mulheres, e 7% dos apresentadores.

Além de ocupar os espaços comunicativos e políticos para dar início ao processo de alteração deste quadro de sub-representação e distorção, há outras formas de atuação que vêm sendo levadas a cabo pelo movimento feminista para reparação deste cenário.

(...) Abaixo-assinado, com mais de 500 assinaturas, proposto pelo Observatório da Mulher e entregue ao Ministério Público Federal, destaca:

“A relativa invisibilidade das mulheres trabalhadoras, intelectuais, especialistas, profissionais liberais e outras, a falta de espaço para a discussão de nossas reivindicações e ideais, bem como de nossas conquistas e das mudanças que conseguimos introduzir no mundo, perpetua a reprodução dos estereótipos limitantes que influem na formação de uma subjetividade empobrecida e resultam no rebaixamento da auto-estima das mulheres e na busca de sua afirmação através da perseguição dos modelos, valores e produtos veiculados”.

### **Reforma política: uma oportunidade de criar espaços a serem ocupados**

A entrada em pauta da Reforma Política e os debates que estão sendo realizados sobre ela no âmbito da sociedade civil conformam uma oportunidade de se discutir as possibilidades de reparação deste quadro de sub-representação da mulher na mídia e nas políticas de comunicação.

A Plataforma dos movimentos sociais por uma Reforma Política Ampla, Democrática e Participativa, no eixo que trata da comunicação propõe – entre outras coisas - a criação de um sistema público de comunicação e incentivo a mecanismos de controle público, tanto dos meios de comunicação (em relação aos conteúdos), quanto das políticas, para que sejam criadas e executadas com participação e monitoradas pela sociedade.

## Texto 4

# Lembrar a Plataforma Política Feminista

Em agosto de de 2002 foi lançada, em vários eventos pelo Brasil afora, a Plataforma Política Feminista, elaborada no mês de junho, a partir da contribuição de 5 mil militantes, que participaram de sua construção, no processo da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Através da Plataforma, o feminismo fez ecoar as vozes das mulheres no contexto das eleições gerais brasileiras daquele ano.

### **Introdução da Plataforma Política Feminista**

1. Neste ano de 2002, quando a conquista do voto feminino no Brasil completa 70 anos, ativistas de organizações de mulheres de todo o país reuniram-se para elaborar uma Plataforma Política Feminista em defesa da democracia com justiça social e igualdade, apresentando uma série de desafios urgentes que precisam ser enfrentados pela sociedade e pelo Estado, visando assegurar a concretização do que já foi conquistado pelas mulheres e buscando o que ainda falta alcançar.
2. As mulheres brasileiras protagonizaram importantes mudanças no país ao longo do último século – na casa, na rua, no mercado de trabalho e na política –, que alteraram significativamente as estatísticas socioeconômicas. As mulheres brasileiras não são mais as mesmas. Elas mudaram e contribuíram para os avanços da sociedade. Estão em luta permanente para mudar o Brasil e por um mundo fraterno, sem desigualdades, sem violência e com justiça social.
3. Nestes 70 anos, o movimento feminista provocou uma profunda revolução cultural no ambiente doméstico e no espaço público. O movimento de mulheres tem tido um importante papel no debate sobre a democracia como regime político e como forma de vida. Para o feminismo, a democracia precisa abranger as instituições e a vida cotidiana, garantindo o direito à liberdade e à diversidade.
4. As mulheres negras contribuíram de forma inquestionável para a construção socioeconômica e cultural do nosso país e foram decisivas para as conquistas dos direitos das mulheres brasileiras. Sua luta contra

o racismo e pelo desmascaramento do mito da democracia racial tem conquistado o envolvimento e o comprometimento de outros setores da sociedade civil organizada e do Estado.

5. As mulheres indígenas continuam lutando pelo reconhecimento de sua especificidade cultural e social e por seu direito de inserção plena na sociedade nacional, exigindo respeito às diferenças e tradições milenares de seus povos.

6. As mulheres lésbicas vêm lutando por seu direito de amar outras mulheres, pelo reconhecimento legal de suas relações (parceria civil e união estável) e pelo direito das mulheres ao seu próprio corpo e à livre orientação sexual. As lésbicas têm estado presentes também em várias outras frentes de trabalho e de luta – contra o racismo, contra as desigualdades sociais e pela saúde das mulheres, entre outras.

7. O feminismo questionou e segue questionando a ciência, a cultura, a educação, a religião e a política, abrindo portas para que milhões de mulheres possam trilhar caminhos, construir escolhas, encarar os problemas e apontar soluções em benefício de toda a sociedade.

8. A luta das mulheres para terem autonomia sobre os seus próprios corpos, pelo exercício prazeroso da sexualidade, para poderem decidir sobre quando ter ou não ter filhos resultou na conquista de novos direitos para toda a humanidade: os direitos sexuais e os direitos reprodutivos.

9. A cada década, as mulheres vêm fortalecendo sua participação no mercado de trabalho, aumentando seu nível de escolaridade e conseguindo reduzir, mesmo que lentamente, a grande defasagem salarial que ainda existe em relação aos homens.

10. A presença das mulheres na produção social, no espaço público e na política quebrou tabus e promoveu profundas mudanças nas relações domésticas e sociais. O que era considerado privado foi debatido politicamente e levado à esfera pública. A violência doméstica, por exemplo, deixou de ser assunto da intimidade e passou a ser julgada em tribunais pelo que é: um crime.

11. Nas últimas décadas o movimento de mulheres vem se firmando como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização política e de mudança de mentalidades. É nessa

condição que convidamos toda a sociedade para debater os entraves que, ainda neste início de milênio, dificultam em nosso país o estabelecimento da justiça social de gênero, de raça/etnia e de classe, para todas as pessoas em todos os aspectos de suas vidas.

## **Capítulo 1 da Plataforma Política Feminista**

### **I – Da Democracia Política**

12. A democracia política representativa – que tem no voto seu instrumento básico de funcionamento – vigora no Brasil como se fosse a única prática legítima de exercício do poder, apesar da forte crise de legitimidade de suas instituições.

13. A democracia representativa ainda está impregnada dos perfis racista, sexista e classista da sociedade brasileira, que consolidaram um poder hegemônico de face masculina, branca e heterossexual, em que pesem as diferenças político-ideológicas entre os partidos. Essa situação tem sido ainda agravada pela política liberal/conservadora vigente que, com seus mecanismos de poder junto ao sistema econômico e ao sistema de comunicação de massa, restringe as possibilidades de disputa política para muitos segmentos.

14. Violentado por lideranças políticas antiéticas, que defendem antes de tudo patrimônios, interesses particulares e empresariais, o cenário atual em que se realizam, embora de modo incompleto, tanto a democracia representativa como participativa está sujeito às leis de mercado – que definem candidaturas e mandatos – e permeado por esquemas de corrupção e práticas clientelistas.

15. Nestes 70 anos de conquista da igualdade política formal através do direito ao voto, as mulheres, que hoje representam mais da

metade do eleitorado no Brasil, permanecem em minoria absoluta no Parlamento, no Executivo e no Judiciário – seja nas esferas municipal, estadual ou federal –, apesar da existência de cotas previstas em lei, ainda restritas ao processo eleitoral. Da mesma forma, as mulheres não estão proporcionalmente representadas nas instâncias de poder dos partidos, onde em geral ocupam as posições menos prestigiadas.

16. Devido à falta de estímulo à participação política das mulheres, que se reproduz pelos padrões culturais ao longo da história de nosso país, poucas conseguem ultrapassar as barreiras causadas pela falta de oportunidades e de consciência de sua condição e de seu potencial de atuação como sujeito político. Por outro lado, a quase totalidade das mulheres investidas de mandatos é formada por mulheres brancas. Uma parcela das mulheres no exercício do poder reproduz as práticas excludentes, racistas, classistas e patriarcais, que ainda são hegemônicas no fazer político.

17. Na história recente, os movimentos sociais e populares vêm conquistando espaços para o exercício da democracia participativa, ampliando os canais de acesso ao poder. No Brasil, foram criados órgãos de gestão e controle social – como os conselhos de políticas públicas e os conselhos de direitos –, que têm como mandato o exercício da partilha do poder. Mais recentemente inovou-se esta prática com a adoção do orçamento participativo. A dinâmica destes espaços de participação tem causado efeitos importantes sobre a vida cotidiana da população.

18. Apesar desse crescimento da participação popular, as instâncias de democracia participativa têm sido desvalorizadas como possibilidades reais de aprofundamento da democracia. Para o Estado – Executivo, Legislativo e, especialmente, o Judiciário –, prevalece a idéia de que o controle social representa uma ameaça ao poder, de modo que tais poderes estimulam a desarticulação dos movimentos populares,

cooptando seus representantes e manipulando-os segundo seus interesses, ou simplesmente esvaziando de densidade política estes espaços.

19. Por tudo isso, os movimentos brasileiros de mulheres afirmam que a democracia representativa somente poderá ser transformada através da democracia participativa e da justiça social.

**Os desafios que apresentamos são:**

20. Garantir condutas éticas e de responsabilidade social, eliminando as práticas clientelistas, assistencialistas e corruptas e desmontando a mercantilização que caracteriza os processos eleitorais. Para tanto, recorrer à adoção, entre outros instrumentos, do financiamento público das campanhas eleitorais.

21. Promover modificação na legislação de forma a igualar o índice de cotas de participação de gênero em 50%, tanto no financiamento público de candidaturas como no exercício efetivo dos cargos nos poderes Executivo e Judiciário e também nas direções dos partidos políticos.

22. Garantir que o financiamento das candidaturas femininas nos partidos políticos também leve em consideração a proporção das cotas estipuladas em lei, de modo a garantir o acesso das mulheres às instâncias de poder. Assegurar também que sejam previstos recursos para capacitação e formação política das mulheres.

23. Fortalecer a democracia participativa por intermédio da ampliação dos mecanismos de acesso ao poder, com a garantia de equidade de gênero, raça e etnia.

24. Radicalizar a democracia participativa, fortalecendo os

movimentos organizados da sociedade civil e ampliando a participação das mulheres nos espaços de comando e decisão política desses movimentos.

25. Abrir espaço para as jovens discutirem temas relativos a suas especificidades nos movimentos de mulheres; incluir as jovens nos conselhos da condição feminina; e criar programas de capacitação para jovens mulheres líderes.

**Agenda Política --- Construir a voz das mulheres no contexto eleitoral**

Articulação de Mulheres Brasileiras 24 julho 2008 - Circulação Interna  
Organização: Silvia Camurça (secretaria executiva colegiada da AMB), com apoio de Paula de Andrade (SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia).